

--- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA VINTE SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E OITO.** ----

--- Aos vinte e seis dias do mês de Setembro de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: ---

--- **Um**–APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ACÇÃO OESTE E LEZÍRIA. -----

--- **Três**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA RECTIFICAÇÃO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO. -----

--- **Quatro**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS ESTATUTOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO. -----

--- **Cinco**–APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM À ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DE LISBOA E VALE DO TEJO. -----

--- **Seis**–APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecra Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Marta Anacleto Rodrigues, Carlos Manuel Luís Catalão, Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Helder Nuno de Jesus Cruz de Oliveira Pombo, Idália Maria Marques Salvador Serrão Meneses Moniz,

ACTA Nº. 24/2008
Sessão Ordinária de 26 de Setembro de 2008

João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Miguel da Silva Lucas, Joaquim António Salgado Canha, José Luís Marques Cabrita, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Lúcia de Jesus Vieira Jorge Castro da Mata, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís Manuel Ventura Vicente, Luís Miguel da Conceição Piedade, Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca, Ricardo Jorge Batista Filipe e Vicente Carlos Flor Batalha. -----

--- **Presidentes de Junta:** -----

--- José Ilídio da Fonseca Freire (Abitureiras), Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), José Augusto Rodrigues Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Almoester), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), José António Coelho Madeira (Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), João Carlos Pando Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (São Salvador), Carlos António Marçal (Marvila), Ricardo Luís da Costa (São Vicente do Paul), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém) e Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira (Vaqueiros). -----

--- Justificaram as suas ausências: -----

--- Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, António Miguel Moura Pires, Diamantino Cordeiro Duarte – Presidente da Junta de Freguesia de Tremês e José António Guedes Coelho Aniceto – Presidente da Junta de Freguesia de Várzea. -----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, Catarina Fernandes Garcia Correia (PSD), Jaime Manuel Teodoro Santos (PSD), José Francisco Pereira Gandarez (PSD), Luís Filipe Piedade Valente (PSD).-----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Ramiro José Jerónimo de Matos, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, Lígia Corujo Reis Batalha, Luís Manuel da Graça Batista, Maria Luísa Raimundo Mesquita, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves e Ricardo Zarco Martinho do Rosário.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, dando início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a discussão e votação as seguintes Actas: -----

--- Acta número vinte e um/dois mil e oito, **aprovada por maioria**, com uma abstenção;

--- Acta número vinte e dois/dois mil e oito, **aprovada por maioria**, com seis abstenções;

--- Acta número vinte e três/dois mil e oito, **aprovada por maioria**, com duas abstenções.-----

--- Prosseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia**, tendo usado da palavra o senhor **Luís Almeida** que começou por salientar que continua a guardar pelas respostas da Câmara ao seu requerimento apresentado há mais de um ano, considerando ser uma falta de respeito para com esta Assembleia.-----

--- Referiu-se às contrapartidas do aeroporto da Ota salientando tratar-se de um aliciente desafio e uma oportunidade única para transformar o concelho, destacando que o Partido Socialista não discrimina pela cor política, esperando que haja engenho e arte para o bem de Santarém.-----

--- Salientou que o PS continua a discordar da intervenção no Campo Sá da Bandeira pelas razões oportunamente invocadas, referindo que para o seu partido a prioridade era intervir no Campo da Feira.-----

ACTA Nº. 24/2008
Sessão Ordinária de 26 de Setembro de 2008

--- Falou de algumas promessas eleitorais que estão por cumprir, nomeadamente a construção de um novo edifício camarário, a linha-férrea para Alcanede, a dinamização e reconversão do Centro Histórico através da Sociedade de Reabilitação Urbana, assim como a despoluição do Alviela. -----

--- Felicitou o senhor Vereador Ramiro Matos pela inauguração do campo sintético da Escola Superior Agrária onde a Académica de Santarém pratica desporto, alertando para a necessidade de recuperação dos respectivos balneários. -----

--- Perguntou para quando está previsto o início das obras do complexo desportivo, assim como quais os estabelecimentos de ensino superior que estão a apoiar a Universidade de Gastronomia. -----

--- Quis saber qual a data em que a Câmara começou a receber a multa diária que consta no contrato de concessão do edifício do Ivo Hotéis pelo atraso das obras. -----

--- Concluiu, questionando se efectivamente o Museu de Cavalaria vai ser construído em Santarém. -----

--- Depois, interveio o senhor **Carlos Beja**, Presidente da Junta de Freguesia de Moçarria, que solicitou esclarecimentos sobre o W-Shoping tendo em conta as notícias vindas a público. -----

--- Tomou a palavra a seguir o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, que falou do problema de poluição do Alviela nos últimos anos que tem provocado uma elevada mortandade da fauna do Rio Alviela numa vasta área. --

--- Manifestou o seu agrado pelo facto do Governo ter anunciado nas contrapartidas da Ota a despoluição do Alviela através do QREN. -----

--- Informou ter apresentado uma proposta recomendando à Câmara para que esta solicite ao Governo a realização desta obra como grande prioridade. -----

--- Depois, o senhor **Leonel Martinho do Rosário** interveio perguntando quem gere as obras do parque subterrâneo no Campo Sá da Bandeira, alertando para o problema do circuito pedonal que liga o Centro Histórico à Rodoviária causando grandes transtornos aos cidadãos que ali circulam dado que os referidos circuitos são muito longos. -----

--- Referiu que a Câmara, recentemente, recebeu a antecipação de receitas da EDP que é uma verba significativa, assim como a entrada do parceiro privado para a empresa Águas de Santarém também irá permitir arrecadar uma tranche muito significativa para o Município. E agora aparecem as contrapartidas no âmbito do processo da Ota/Alcochete.

--- Considerou que o Governo, pela primeira vez, beneficiou de forma clara o Município de Santarém, considerando que o Primeiro Ministro merece o aplauso e reconhecimento de todos. -----

--- Foi dada a palavra, seguidamente, ao senhor **Nuno Serra** que realçou o facto de Santarém ter saído da lista negra dos municípios que ultrapassaram a capacidade de endividamento, fruto do esforço do actual Executivo o que, em seu entender, deve ser reconhecido por todos. -----

--- Destacou a perseverança e esforço do senhor Presidente da Câmara de Santarém nas negociações das contrapartidas da Ota conseguindo um conjunto de investimentos muito significativos para Santarém. Lembrou haver uma parte que compete ao Município assumir para que se possa retirar o máximo de proveito desta oportunidade, sublinhando ser essencial um grande apoio de todos. -----

--- Referiu relativamente às obras que não foram feitas, que prefere olhar para as que constam do programa eleitoral, nomeadamente os investimentos na climatização das escolas, na recuperação da rede viária, e sobretudo na recuperação do estatuto de capitalidade de Santarém. -----

--- Concluiu, perguntando qual a situação relativamente ao W.Shopping. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Pedro Malaca** que alertou para o problema de falta de limpeza das ruas da cidade. -----

--- Questionou se foi realizado algum estudo de mobilidade em relação às obras do Campo Sá da Bandeira e se esta intervenção seria necessária, levantando algumas dúvidas relativamente à mobilidade naquele local. -----

--- Perguntou qual a situação do edifício do Ivo Hotéis, assim como do W.Shopping.

--- Solicitou, de seguida, a palavra o senhor **Eugénio Pisco** que disse ser a favor da

execução de um projecto global para a zona do Campo Sá da Bandeira dotando aquele espaço de condições de utilização diferentes daquela que até agora existiam. Todavia, agora que a obra está na sua fase de execução, constatou existirem alguns problemas de mobilidade devido por um lado às reduzidas faixas da Avenida do Brasil e às passadeiras para peões ali existentes e, por outro lado, à acanhada rotunda junto ao Tribunal. Considerou, ainda, ter havido uma ausência de discussão prévia para a Praça de Táxis, problemas que, em sua opinião, não podem ser subestimados. -----

--- Usou da palavra o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, que considerou que as obras são sempre objecto de críticas sejam elas quais forem. -----

--- Destacou a inauguração no Mercado Municipal de uma Loja “Caminhos do Ribatejo” onde são vendidos produtos genuínos do Ribatejo.-----

--- Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor **Carlos Catalão** que chamou a atenção para um conjunto de problemas de mobilidade decorrentes da requalificação do Campo Sá da Bandeira, nomeadamente na Avenida do Brasil onde já ocorreram alguns acidentes graves. -----

--- Referiu-se ao processo Águas do Ribatejo, salientando que Santarém perdeu os fundos comunitários.-----

--- Perguntou qual o ponto de situação relativamente ao processo de consolidação das Barreiras de Santarém.-----

--- A seguir, no uso da palavra o senhor **Presidente da Câmara** afirmou que Santarém deve estar grata para com muitas pessoas do Governo e ficará a dever muito ao actual Primeiro Ministro, no tocante ao processo de compensações da Ota, considerando que se o PS local fosse imparcial também agradecia ao Presidente da Câmara de Santarém pelas compensações conseguidas.-----

--- Clarificou que nunca prometeu uma linha-férrea para Alcanede, assim como nunca disse que iria construir um novo edifício para a Câmara.-----

--- Disse não aceitar que alguém venha dizer que o problema de poluição do Alviela não

é preocupação deste Executivo. -----

--- Esclareceu que o processo relativo ao edifício do Ivo Hotéis está dentro do prazo estabelecido, adiantando que o projecto esteve a aguardar parecer da Direcção de Turismo. -----

--- Informou que as perguntas formuladas no requerimento do deputado Luís Almeida estão consagradas na prestação de contas que aqui foram apresentadas. -----

--- Relativamente ao W. Shopping esclareceu que aquilo que a Câmara tem em mão é uma acção do Ministério Público contra as decisões do Executivo que deram origem à construção daquele edifício. -----

--- Quanto à requalificação do Campo Sá da Bandeira disse não verificar grandes problemas de mobilidade e de tráfego quer na rotunda junto ao Tribunal quer na Avenida do Brasil, havendo apenas a necessidade de corrigir pequenas situações. Acrescentou que esta obra tem sido acompanhada por especialistas em mobilidade, salientando que as faixas de rodagem foram construídas para reduzir a velocidade para segurança das pessoas. -----

--- Referiu que o problema das Barreiras de Santarém tem mais de trinta anos, informando que a consolidação das mesmas não está contemplada nas compensações da Ota. Contudo, esta intervenção já foi assumida pelo Governo, adiantando que na próxima semana irá ter a primeira reunião sobre a revisão final das Barreiras de Santarém. -----

--- Esclareceu que as obras do Campo Sá da Bandeira estão a ser acompanhadas por uma comissão multidisciplinar de técnicos de várias entidades que intervêm naquele local. ---

--- Concluiu, salientando que os cartazes destinam-se a informar as pessoas sobre as obras em curso e não são propaganda. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** informou que no final desta sessão irá entregar em mão ao senhor Presidente da Câmara os requerimentos que ainda não obtiveram resposta da Câmara. -----

--- Esgotado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO**

ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.-----

--- Usou da Palavra o senhor **Francisco Madeira Lopes** que referiu que a execução do estudo global de intervenção nas Barreiras de Santarém foi entregue a uma empresa privada, questionando se existe prazo previsto para a entrega deste estudo e que informação a Câmara dispõe sobre este assunto. -----

--- Depois, interveio o senhor **João Leite** que se congratulou com o trabalho do Executivo Municipal que contribuiu para que a Câmara saísse da lista negra de Municípios mais endividados. -----

--- Lembrou que o Partido Socialista no início do mandato reprovou todas as soluções apresentadas pelo Executivo para resolver a dívida de curto prazo. -----

--- Realçou o empenhamento do Senhor Presidente da Câmara nas negociações das contrapartidas Ota/Alcochete, sublinhando não ser por acaso que Santarém irá sofrer tanto investimento. -----

--- Tomou, a seguir, a palavra o senhor **Presidente da Câmara** que esclareceu o projecto global das Barreiras de Santarém em fase final de execução sendo necessário desenvolver outros estudos associados a este projecto, esperando que o mesmo esteja concluído até final do corrente ano. -----

--- Informou que a Câmara dispõe de alguns documentos importantes, nomeadamente o relatório da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais elaborado pelo Conselho Superior das Obras Públicas, adiantando ter recebido oportunamente um relatório feito pela REFER e o LNEC que alerta para a gravidade da situação das Barreiras do Planalto. -----

--- Concluiu, destacando ser uma intervenção transversal que envolve várias entidades que custará cerca de vinte cinco milhões de euros e que será financiada por Bruxelas. ----

--- Encerrado do debate deste ponto, o qual não carece de votação, prosseguiu-se com o **PONTO DOIS – APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OESTE E LEZÍRIA (DOIS**

MIL E OITO/DOIS MIL E DEZASSETE).-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** que começou por referir haver um conjunto de compensações que não constam da Resolução de Conselhos de Ministros, designadamente a construção do novo quartel da GNR em Pernes.-----

--- Criticou o senhor deputado Luís Almeida pela sua intervenção, considerando que mais uma vez está contra Santarém.-----

--- Destacou que aquilo que o Governo fez nesta matéria foi a antecipação de investimentos que estavam previstos para a região e concentrá-los de modo a criar condições para que haja outro tipo de investimento.-----

--- Salientou que o Governo desenhou um plano para a região que irá proporcionar um investimento directo de dois vírgula um mil milhões de euros e que Santarém beneficiará de cerca de quinhentos milhões de euros, considerando ser, seguramente, o maior investimento de sempre para o concelho.-----

--- Falou dos investimentos no âmbito da saúde destacando a construção de dois novos centros de saúde um no Planalto e outro em Pernes.-----

--- Referiu-se à modernização do parque escolar salientando a construção do Centro Escolar de Alcanede que é um equipamento escolar estratégico para a região norte do concelho.-----

--- No tocante às vias de comunicação e à mobilidade disse estar prevista a construção de uma variante à Estrada Nacional Três que permitirá desviar o trânsito do Vale de Santarém. Está ainda prevista a ligação ferroviária entre Santarém e as Caldas da Rainha através da ligação da Linha do Norte à Linha do Oeste, assim como a criação de um terminal para cargas e descargas de pedras provenientes das explorações na Serra de Aire e Candeeiros.-----

--- No que concerne ao património referiu o investimento de cerca de cinco milhões de euros na requalificação dos Conventos de Santa Clara e de São Francisco, bem como da Igreja de Santa Iria da Ribeira de Santarém.-----

--- Prosseguiu, salientando que irá ser efectuado um investimento de quarenta milhões de

euros na requalificação da margem direita do Tejo que engloba o Rio Alviela, o Rio Maior e a Vala do Carregado, sublinhando ser um programa intermunicipal que irá resolver de forma decisiva a despoluição destes cursos de água. Solicitou ao senhor Presidente da Junta de Freguesia para retirar a Recomendação apresentada tendo em conta o acordo alcançado.-----

---Relativamente à cedência de património à Câmara, referiu que o antigo Presídio Militar de Santarém irá albergar o futuro Centro Regional de Turismo, a Escola de Hotelaria. Avançou quanto ao Instituto da Vinha e do Vinho que irá ali ser instalado o futuro Centro Nacional de Gastronomia e a Casa dos Sabores, salientando que este espaço irá permitir libertar a Casa do Campino.-----

--- Informou que irá ser instalada no antigo Matadouro Municipal uma Loja do Cidadão.

--- Referiu que ainda estão a decorrer as negociações com vista à cedência das antigas instalações da Escola Prática de Cavalaria, salientando que a Câmara pretende ali instalar a Fundação da Liberdade.-----

--- Concluiu, agradecendo de forma penhorada aos senhores Primeiro Ministro e Ministro das Obras Públicas, bem como a todos os governantes e técnicos que intervieram neste processo. Agradeceu também ao seu Gabinete de Apoio Pessoal pelo seu sigilo em relação esta matéria e aos vereadores que tiveram a prudência de nunca o questionar sobre este assunto porque sabiam que não o podiam fazer.-----

--- A seguir, interveio o senhor **Luís Almeida** que referiu relativamente às compensações que a sua expectativa era grande e que gostou daquilo que ouviu. Sublinhou o que disse sobre as compensações, na sua anterior intervenção, considerando extraordinário como é que o senhor Presidente da Câmara consegue desvirtuar por completo a sua intervenção.

--- Tomou depois a palavra o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, que esclareceu quais os motivos que o levou a apresentar a Recomendação, salientando que, tendo em conta os esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente da Câmara, iria retirar a referida recomendação.-----

--- Seguidamente, usou da palavra a senhora **Idália Moniz** que considerou que se deve

reconhecer o mérito deste programa de acção e do Governo o qual teve a abertura para assumir estes compromissos, assim como o mérito dos Presidentes de Câmara que estiveram envolvidos nesta negociação. -----

--- Perguntou se este programa de acção é um manifesto de intenções, dado existir um conjunto de obras que já estão em execução desde o início da actual legislatura. -----

--- Afirmou relativamente à saúde e à acção social que muitos dos programas anunciados no âmbito do programa PARES já teve a oportunidade de homologar alguns deles, nesta sala, enquanto representante do Governo. -----

--- Disse não conseguir vislumbrar como é que resulta das contrapartidas os investimentos na modernização do parque escolar uma vez que a contratualização dos centros escolares já estava prevista. -----

--- Salientou não ser claro se as negociações para a passagem do Presídio Militar e da Escola Prática de Cavalaria para a posse do Município de Santarém já estão incluídas nestes investimentos, questionando como é que o Executivo pretende obter financiamento para adquirir estas instalações. -----

--- Referiu que pelas suas contas está previsto um investimento no montante quatrocentos e noventa e quatro milhões de euros para o Município de Santarém, querendo saber o que é que já está contratualizado com o Governo. -----

--- Interveio novamente o senhor **Presidente da Câmara** que referiu que este programa de acção tem vários vectores de financiamento. -----

--- Esclareceu que os dados sobre o programa PARES foram fornecidos pelo Ministério da Segurança Social. -----

--- Salientou que o referido programa de acção está discriminado em decreto-lei, assim como os respectivos períodos de execução. -----

--- Informou que a Comissão de Acompanhamento vai definir as regras e como é que irá ser efectuada a contratualização do envelope financeiro, adiantando haver um conjunto de questões que ainda estão por resolver. -----

--- Retomou a palavra a senhora **Idália Moniz** salientando que gostaria de saber quais os

novos investimentos que o senhor Presidente da Câmara conseguiu contratualizar para além daqueles que já se encontram em fase de execução. -----

--- Por último, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que aquilo que foi conseguido para a região e sobretudo para o concelho foi antecipar com o Governo um conjunto de obras que estavam dilatadas no tempo para além de dois mil e vinte, sublinhando que trouxe um conjunto de investimentos como por exemplo a Fundação da Liberdade. -----

--- PONTO TRÊS – PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e dois de Setembro de dois mil e oito, tenho a honra de propor a ratificação pela Exma. Assembleia do contrato de execução para a transferência de competências para o município em matéria de educação, nos termos do disposto no Decreto-Lei número cento e quarenta e quatro/dois mil e oito, de vinte oito de Julho”. -----

--- Interveio o senhor **Francisco Madeira Lopes** considerou que todo este processo lhe oferece as maiores reservas dado que, em seu entender, não se trata de uma transferências de competências mas sim de responsabilidades e encargos para as autarquias que podem trazer graves consequências. -----

--- Referiu que gerir escolas e matérias relacionadas com educação não é o mesmo que gerir qualquer outro serviço camarário, desde logo questões tão complexas como a transferência de pessoal não docente ou a questão do parque escolar. -----

--- Salientou que este tipo de matérias deveriam, em seu entender, ter outra ponderação e cautelas, sublinhando que este contrato não acautela os interesses do Município e as necessidades educativas do concelho de Santarém, pelo que iria votar contra a presente proposta. -----

--- Solicitou, a seguir, a palavra a senhora **Dunia Palma** que começou por referir que o

PS votará favoravelmente o presente contrato de transferência de competências. -----

--- Lembrou que o Município de Santarém aceitou desde a primeira hora transferências de competências no âmbito dos transportes escolares, em mil novecentos e oitenta e quatro, e posteriormente, em mil novecentos e noventa e oito, aderiu ao Programa de Expansão escolar. -----

--- Saliu já ser prática da autarquia promover o apoio às escolas do primeiro ciclo nas actividades extra curriculares, assim como em relação às actividades de enriquecimento curricular. -----

--- Acrescentou que as situações novas do documento em apreço prendem-se com questões de pessoal e gestão do parque escolar, nos segundos e terceiros ciclos, em que são asseguradas as correspondentes transferências financeiras. -----

--- Sublinhou que a educação é uma prioridade para o PS, e sem operacionalizar os potenciais factores de sucesso educativo não vale a pena falar em desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, fazendo votos para que as crianças e jovens do concelho tenham a atenção que merecem.-----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Nuno Serra** que começou referindo que a educação é um sector sensível que pode condicionar o futuro de uma nação. Todos queremos que a educação seja a melhor. -----

--- Disse ser seu entendimento que são aqueles que estão mais próximo que estão mais aptos a dar esse apoio. Contudo, essas transferências deveriam vir acompanhadas de meios e procedimentos e o contrato apresentado não é o ideal. -----

--- Destacou que aquilo que mais o surpreendeu neste processo foi a forma pouco solidária que algumas autarquias do PS tiveram ao não assinarem estas transferências de competências, designadamente o Presidente da Câmara de Lisboa. -----

--- Saliu que espera que o Governo dialogue com quem lida com os problemas todos os dias de modo a poder melhorar este contrato para que daqui a um ano as autarquias possam prosseguir com estas transferências de competências. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a

Proposta de Ratificação do Contrato de Execução para a Transferência de Competências para o Município em Matéria de Educação, nos termos do Decreto-Lei número cento e quarenta e quatro/dois mil e oito, de vinte oito de Julho, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e cinco votos a favor, cinco votos contra e uma abstenção.-----

--- PONTO QUATRO – PROPOSTA DE ESTATUTOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO (CIMLT).-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte e dois de Setembro de dois mil e oito, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), nos termos do disposto da alínea a), do número um, do artigo trinta e oito, da Lei número quarenta e cinco/dois mil e oito, de vinte sete de Agosto”. -----

--- Usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** que considerou que este processo contém uma anomalia dado que, em primeiro lugar, deveria ser discutida a adesão do Município à CIMLT e posteriormente a discussão dos respectivos estatutos. Por outro lado, segundo referiu, a legislação que institui estas comunidades é um claro retrocesso em relação àquilo que já existia porque, desde logo, representa uma imposição de um modelo de associação municipal de carácter obrigatório. -----

--- Salientou que o elenco de competências deixa claro a intenção de transformar as Comunidades em depositários de tarefas e responsabilidades a transferir das Administração Central. -----

--- Acresce, ainda, que este modelo de constituição dos seus órgãos não assegura a representatividade de todas as forças políticas com assento nas Assembleias Municipais. Todavia, o Município de Santarém em face da situação que o Governo apresenta deve aderir à Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. -----

--- Depois, interveio o senhor **Luís Leitão** que referiu que com a aprovação destes estatutos dar-se-á a extinção da CULT, enaltecendo o trabalho desenvolvido por esta entidade em prol do desenvolvimento da região. -----

--- Considerou ser a instituição das Comunidades Intermunicipais o primeiro passo com vista à implementação das regiões administrativas, salientando que o PS iria votar favoravelmente esta proposta.-----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Nuno Serra** que salientou que os partidos de menor dimensão eleitoral irão ter maior dificuldade em integrar as Assembleias das respectivas Comunidades Intermunicipais.-----

--- Manifestou a sua discordância relativamente ao timing para instituir estas novas comunidades intermunicipais, tendo em conta as eleições autárquicas no próximo ano que irá implicar a repetição de todo este processo eleitoral dado que os mandados das Assembleias da CIM coincidem com os das Assembleia Municipais.-----

--- Considerou ser mais uma ferramenta que o Governo está criar para avançar com a regionalização, e concluiu, sublinhando estar na altura de Santarém ter uma maior preponderância nesta Comunidade Intermunicipal.-----

--- Foi dada, de seguida, a palavra ao senhor **Pedro Malaca** que considerou que esta lei é um passo atrás que irá acabar com a representação dos pequenos partidos políticos nas Assembleia das Comunidades Intermunicipais, salientando que este novo método irá tirar alguma abrangência geográfica aos possíveis eleitos.-----

--- Seguidamente interveio o senhor **Vereador Ramiro Matos** que clarificou que a CULT já pertencia à NUT III pelo que apenas é necessário aprovar os estatutos da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo para que esta seja automaticamente instituída, não sendo, assim, necessário aprovar a adesão à referida Comunidade Intermunicipal.-----

--- Dada a ausência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Proposta de Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), nos termos da alínea a), do número um, do artigo trinta e oito, da Lei número quarenta e cinco/dois mil e oito, de vinte sete de Agosto, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta votos a favor, zero votos contra e onze abstenções.-----

--- **PONTO CINCO – PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE**

SANTARÉM À ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DE LISBOA E VALE DO TEJO (T-LVT). -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de oito de Setembro de dois mil e oito, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação da Proposta de Adesão à Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo (T-LVT), nos termos da alínea m), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.

--- Foi dada a palavra ao senhor **Eugénio Pisco** que considerou que com a adesão à Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo o Município de Santarém e os demais são esvaziados das suas competências relativamente ao turismo. Com esta adesão, segundo referiu, passa a haver uma estrutura governamentalizada para o turismo, sublinhando que os municípios vão ter um papel reduzido e uma submissão ao Turismo de Portugal.

--- Salientou que apesar de concordarem com a adesão do Município de Santarém a esta Entidade Regional de Turismo, face às discordâncias profundas em relação a esta Lei não podem ter outra posição que não seja a abstenção.

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Nuno Serra** que destacou o facto da sede da Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo ter ficado em Santarém. Todavia, este diploma, em seu entender, tem uma visão destorcida da realidade dando uma grande abrangência geográfica às entidades regionais de turismo.

--- Sublinhou que a circunstância da sede ter ficado em Santarém é motivo para votar favoravelmente esta adesão.

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Proposta de Adesão do Município de Santarém à Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo (T-LVT), nos termos da alínea m), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de

Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e cinco votos a favor, zero votos contra e quatro abstenções. -----

--- PONTO SEIS – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.----

--- Pela CDU foi apresentada a seguinte Proposta de Resolução: -----

--- “Considerando que o projecto de alteração do traçado ferroviário da linha do norte entre as estações de Vale de Santarém e Mato Miranda, desviando o mesmo da Ribeira de Santarém e das barreiras do planalto scalabitano, é uma obra importante, de grande vulto e elevado investimento (anunciado em duzentos e vinte milhões de euros) e que implicará alterações significativas na mobilidade e no próprio ordenamento territorial do concelho; -----

--- Considerando que essa obra, para além das consequências positivas que trará (contributo para a estabilização das barreiras e oportunidade para a requalificação do parque habitacional da Ribeira), apresentará também, inevitavelmente, alguns impactos sociais, ambientais e económicos negativos que importa sopesar, acautelar e tentar minimizar tanto quanto possível; -----

--- Considerando que dentro desses impactos se pode destacar o atravessamento de espaços urbanos consolidados, sacrificando habitações e a qualidade de vida de algumas populações, como no caso da Portela das Padeiras, que já apresenta hoje complicados problemas a nível de tráfego rodoviário o qual se poderá agravar com a proximidade da estação (apesar das novas vias de comunicação previstas); -----

--- Considerando que a única opção apontada para o traçado (com uma ligeira variante numa pequena parte do troço) e a localização escolhida para a estação decorrem de uma mudança de política e de visão da CP e da REFER para a linha do norte (secundarizando-a) face à alta velocidade) que tem consequências nas futuras alternativas de mobilidade ao dispor dos cidadãos do concelho e da região;-----

ACTA Nº. 24/2008
Sessão Ordinária de 26 de Setembro de 2008

--- Considerando que a única discussão pública ocorreu num momento prévio em que a documentação do projecto e o estudo de impacto ambiental não eram ainda conhecidos nem se encontravam ao dispor da população. -----

--- Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal delibere: -----

--- Um--Promover um debate público (aberto à participação da população) para discussão das vantagens e impactos negativos do traçado escolhido para alteração da linha do norte e construção da nova estação ferroviária em Santarém.-----

--- Dois--Esse debate deverá ser amplamente publicitado, precedido de avisos públicos e distribuição de documentação, designadamente às populações das zonas atravessadas contendo resumo da obra e plantas do traçado. -----

--- Três--Esse debate, organizado pelo Secretariado (com a presença de representantes das várias forças políticas eleitas na Assembleia Municipal) que dá apoio à Mesa da Assembleia Municipal, deverá contar com a participação de deputados municipais, da Câmara Municipal e desejavelmente, de técnicos da REFER e da CP”.-----

--- No uso da palavra o senhor **Francisco Madeira Lopes** justificou a apresentação da Proposta de Resolução, considerando que o traçado escolhido para o desvio da Linha do Norte está longe de ser o desejável, impondo-se, em seu entender, uma discussão pública com os documentos existentes neste momento. -----

--- Depois o senhor **Nuno Serra** considerou que este assunto já foi amplamente discutido pelo que iria votar contra a proposta apresentada. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Presidente da Câmara** que salientou que a proposta apresentada é extemporânea, tendo em conta o andamento do processo. Adiantou que durante a discussão pública foram apresentadas oitenta e sete alterações. -----

--- Acrescentou que a REFER já está a elaborar os projectos de especialidades, sugerindo a retirada da referida proposta. -----

--- Por último, retomou a palavra o senhor **Francisco Madeira Lopes** esclarecendo que não iria retirar a proposta dado que aquando da discussão ainda não era conhecido o Estudo de Impacto Ambiental pelo que, em sua opinião, a proposta tem toda a

pertinência.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Resolução** acima transcrita, tendo sido **rejeitada por maioria**, com trinta e dois votos contra, quatro votos a favor e três abstenções.-----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Três, Quatro, Cinco e Seis**, tendo sido **aprovados por unanimidade**.-----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou por ausência de oradores.-----

--- Era uma hora e quinze minutos do dia seguinte quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia.-----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi.-----

-----**O PRESIDENTE**-----